

Chegamos ao décimo número da *Continents – Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geociências* numa conjuntura mundial crítica, num momento nacional tenso e com evidentes manifestações locais de um processo aprofundado de crise social e econômica.

Na escala mundial vivemos uma estranha tentativa de responder à última crise financeira com a renovação de uma espécie de “keynesianismo militar neoliberal”. Donald Trump, que foi eleito com um discurso antiglobalização, focado principalmente na proteção da economia nacional e na tentativa de repatriar as indústrias perdidas pelos EUA nas últimas décadas, não fez outra coisa senão aprofundar as medidas de desregulamentação – o abandono de acordos ambientais multilaterais e o desmonte inicial do *Obamacare*. Entretanto, em sua viagem ao Oriente Médio, assinou o maior acordo de fornecimento de armas da história do complexo industrial-militar dos EUA, contratado pela Arábia Saudita, o país que atualmente é o principal patrocinador do terrorismo sunita, tanto econômica quanto ideologicamente – através do wahabismo. Os caminhos da economia e da política externa norte-americana parecem indicar que Neil Smith estava certo ao dizer que, apesar da aparente corrida ao Estado após a crise de 2007/2008, era precipitado falar de fim do neoliberalismo. Recentemente, ao anunciar a “maior reforma tributária” da história dos Estados Unidos – basicamente concessão de isenção para empresas e redução do imposto de renda –, Trump confirma a tese de Neil Smith de que “o neoliberalismo está certamente em um estado de atrofia, mas seu poder econômico e militar perdura” (ver aqui, p. 116).

Por isso, não é de modo algum correto asseverar que a pretensa guinada da economia brasileira rumo à austeridade, a partir do *impeachment* de Dilma Roussef, seja uma direção contrária aquela trilhada em termos internacionais. Não apenas o neoliberalismo nunca foi abandonado durante o “ciclo petista” no Palácio do Planalto, como foi aprofundado imediatamente após a reeleição, numa última tentativa de ajuste tentando conter os efeitos da crise em nossos domínios. Além disso, a própria crise levou a um reforço mundial dos vínculos financeiros entre Estado e Mercado, que se manifestam sobretudo na forma de uma ampliação da proteção estatal aos investimentos privados, aprofundamento da repressão, militarização das tensões e

corte de direitos sociais. “Um neoliberalismo sem Estado foi seu próprio mito.” (SMITH, p. 116). Isso parece ser um molde geral para a crise política brasileira: a recente guerra de parte da grande imprensa contra o novo/velho governo não é outra coisa senão a raivosa frustração diante de um grupo político deslegitimado e incapaz de levar às últimas consequências a austeridade fiscal e a desregulamentação econômica. O desafeto não decorre da falta de afinidades, mas da incapacidade de transformar em gesto o fundamentalismo neoliberal comum.

A crise sistemática que se abate sobre o estado do Rio de Janeiro não deixa dúvida que os princípios neoliberais estão à frente de preocupações político-institucionais: embora sob total controle do partido envolvido em todos os grandes escândalos de corrupção, o executivo e o legislativo continuam implementando sem obstáculos uma agenda de redução sistemática de garantias sociais e da estrutura estatal. O mesmo governador cassado pela justiça eleitoral é capaz de manter, em exercício, uma rotina de destruição dos “entraves sociais” para garantir as obrigações com os credores. A íntima ligação com o governador anterior, condenado e preso, não o impede de enfrentar com rigorosa repressão os protestos. Aqui fica visível que legitimidade política tem a ver menos com o reconhecimento social e sim com o cumprimento da agenda paraestatal do neoliberalismo. E esta não dispensa um forte uso do Estado, cada vez mais militarizado em seu trato social.

O mesmo processo começa a ser enxergado também na capital do estado. A poeira nos canteiros de obras das arenas nem havia assentado totalmente e já era possível enxergar a paisagem de ruínas completamente novas deixadas pelo “legado Olímpico” no Rio de Janeiro. Mas só agora, superada a euforia em torno dos Jogos, é que a chamada opinião pública parece ter se dado conta da crise corroendo também as estruturas urbanas, desmoronando a esperança olímpica de um futuro radiante para a cidade. Endividamento crescente, déficit fiscal gigantesco, corte de serviços públicos da municipalidade e explosão da violência são demonstrações óbvias de como o processo de crise mundial, em sua manifestação local, é fundamentalmente uma crise urbana. Na cidade do Rio, o amanhã chega sob a forma de ruínas.

Com o foco nessa escala local da crise, apresentamos inicialmente, neste primeiro volume do sexto ano da *Revista Continentes*, um dossiê voltado à análise da crise urbana no Rio de Janeiro pós-Olimpíadas. Intitulado “Crise do Modelo Olímpico”, ele reúne quatro artigos tratando das transformações operadas no espaço urbano do Rio de Janeiro, seus efeitos sociais, econômicos e ambientais.

O primeiro artigo, “O Rio de Janeiro no urbanismo militar e empresarial”, de autoria de Julia Leite Valente, analisa o papel do controle militar sobre o espaço urbano nas políticas neoliberais voltadas à gestão das cidades. O urbanismo militar, amplamente discutido por Mike Davis em diversas obras, e sistematizado por Stephen Graham, aparece assim como um braço instrumental do empresariamento urbano. A gestão de uma cidade voltada primordialmente a funcionar como um ambiente de negócios não pode dispensar o controle militarizado das populações excluídas e a tentativa de administrar a violência – o Rio de Janeiro, onde a ferida social é mais exposta, é exemplo singular e expressivo dessa estratégia.

O segundo artigo, “Ascensão e queda da cidade olímpica: especulação, endividamento e crise no Rio de Janeiro”, de nossa autoria, aponta que a crise no Rio de Janeiro, no contexto pós-Olímpico, não é a demonstração de uma oportunidade perdida, não resulta da corrupção ou decorre dos gastos exagerados do evento – trata-se de um processo estrutural de crise que os próprios Jogos Olímpicos terminaram por agravar. O foco é dirigido às qualidades até então atribuídas a esse megaevento: os grandes investimentos, a criação de infraestrutura e a ampliação de capacidade produtiva na cidade agravaram o quadro de crise, quando a intenção inicial era afugentá-la.

O artigo seguinte, “Depois do modelo olímpico: as favelas cariocas entre o mercado e a militarização”, de Marcos Barreira, é a continuação de suas análises sobre o fenômeno da pacificação nas favelas cariocas, aqui abordadas sob o ângulo da herança das Olimpíadas. Apesar da tentativa de integração de grande parte da cidade do Rio de Janeiro ao mercado ter sido um fiasco, a militarização do espaço urbano – principalmente sob a forma das Unidades de Política Pacificadora em áreas estratégicas da cidade – não deve ser abandonada tão facilmente. O argumento principal é que o fracasso do projeto de gestão urbana empreendedora deve exigir cada vez mais a repressão e o controle territorial para proteger as poucas áreas plenamente integradas ao mercado, à produção e ao consumo.

O quarto artigo, ““A Baía de Guanabara não é um tema olímpico””: Jogos do Rio 2016 e sustentabilidade – Crônicas de uma tragédia anunciada”, de Gilmar Mascarenhas, Leandro Dias de Oliveira e Jeferson Alexandre Pereira Pontes, reflete sobre o legado ambiental dos Jogos Olímpicos e se concentra principalmente nesta que é uma promessa eternamente incumprida por parte do poder público: a despoluição da Baía de Guanabara. Símbolo do Rio de Janeiro, expressão internacional de sua paisagem natural e de suas qualidades ambientais, a Baía tornou-se um verdadeiro esgoto a céu

aberto que sucessivos programas de despoluição foram incapazes de solucionar. Esperança renovada com o anúncio das Olimpíadas, o projeto recebeu logo um tratamento cínico por parte das autoridades, a ponto do prefeito ter admitido que este não era um “tema olímpico”.

A seguir temos um Relato de Pesquisa intitulado “O capital financeiro na produção do espaço urbano e a questão da segurança pública: o caso do Porto Maravilha, Rio de Janeiro”, de autoria de Thiago Sardinha Santos. São os primeiros resultados de uma pesquisa, no âmbito do Mestrado, em que o autor procura relacionar a reestruturação urbana patrocinada pelo capital financeiro com a ampliação de aparatos repressivos e de segurança. Na chamada “revitalização” da área portuária do Rio fica evidente essa íntima relação, onde diversos expedientes de controle territorial são utilizados. Esse texto não deixa de ser uma continuação e um complemento ao dossiê, já que a “recuperação” do Porto foi anunciada pela Prefeitura como o principal legado dos Jogos. Embora com pontos de contato, um diagnóstico comum sobre os evidentes vínculos entre a lógica neoliberal e o mais importante evento esportivo internacional, esses primeiros artigos diferem na avaliação do sucesso da gestão urbana empreendedora e do caráter da crise que se abate sobre a cidade do Rio de Janeiro – para alguns uma crise inerente ao capitalismo atual.

Abrindo a seção de artigos gerais temos “As cidades após o neoliberalismo?”, de Neil Smith. Traduzido por Ariane Melchior Nunes da Horta, Guilherme Chalo Nunes e Pedro Henrique Melchior Nunes da Horta, o artigo apresenta um amplo panorama do espaço urbano mundial durante a crise do neoliberalismo. Como indicado anteriormente, o geógrafo escocês, falecido em 2012, não acredita que o neoliberalismo tenha sido superado como consenso político-econômico mundial, mas sem dúvida seus principais argumentos e seus mitos foram desacreditados. O painel dramático que Smith traça envolve as cidades do centro e da periferia do capitalismo, mostrando o efeito destrutivo da crise econômica mundial e a proliferação de conflitos sociais e militares, um verdadeiro “caos urbano sistêmico”. Agradecemos a autorização do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (*Museu d’Art Contemporani de Barcelona - MACBA*) para sua publicação.

Mais dois artigos integram essa seção. O primeiro, “Alterações no uso da terra das APP's do Rio Sagrado (Morretes/PR) e a evolução das feições fluviais de depósito” de Monica Kleina, Amanda Machado de Almeida, Eduardo Vedor de Paula e Leonardo José Cordeiro Santosi, relaciona as atividades em uma área de preservação com a dinâmica fluvial,

mostrando os vínculos entre cultivo, construção de estradas, atividades econômicas em geral e a erosão e deposição de sedimentos.

O artigo seguinte, “Integração entre áreas de proteção de poços, vulnerabilidade de aquíferos e uso e cobertura do solo como plano de gestão de recursos hídricos: um estudo de caso dos poços de Seropédica/RJ”, de autoria de Talissa Mira, Gabriel Lousada, Décio Tubbs Filho e Gustavo Mota de Sousa, apresenta o uso de um método de determinação de área de proteção de poços, o Raio Fixo Calculado, para um estudo do município de Seropédica. A autora e autores salientam que há ainda lacunas legais, principalmente no estado do Rio de Janeiro, para a proteção das águas subterrâneas.

Por fim, a revista se encerra com uma resenha de Paulo Roberto de Andrade Castro, “O Jovem Marx e o debate sobre a ‘Lei do furto da madeira’”, para o livro *Os Despossuídos*, de Karl Marx. Finalmente publicado no Brasil, o pequeno livro reúne artigos do jovem Marx jornalista que, ao investigar os processos criminais contra a coleta de madeira na Renânia, defrontou-se pessoalmente com as mudanças na legislação e o nascimento do direito burguês alemão amparado na propriedade privada.

Com textos que vão desde a Geografia Urbana, passando pela Geografia Econômica, Análise Ambiental, Geomorfologia, Hidrogeografia e História do Pensamento Social, esperamos oferecer, com o décimo número da *Revista Continentes*, um rico conjunto de reflexões.

[por Maurilio Lima Botelho]